



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 4 de dezembro de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

PORTARIA FF Nº 375/2025

Dispõe sobre a reorganização das vagas dos representantes da sociedade civil por segmento para o processo de renovação e o detalhamento dos procedimentos da eleição do Conselho Consultivo Parque Estadual Nascentes do Paranapanema, biênio 2025-2027.

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias; e

Considerando a Resolução SMA nº 88, de 01 de setembro de 2017, que dispõe sobre Conselho Consultivo das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.

Considerando o trâmite do Processo SEI nº262.00001981/2024-25, que trouxe justificativa fundamentada precedida de mapeamento atores locais no movimento de articulação da gestão da unidade, evidenciando o processo de como se dará a composição do Conselho Gestor, de caráter consultivo, do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema, biênio 2025-2027.

RESOLVE:

Artigo 1º - O Conselho será paritário e integrado por representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, sendo constituído por 8 membros titulares e 8 membros suplentes.

Artigo 2º - A distribuição das vagas dos representantes da sociedade civil do Conselho Consultivo do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema para o biênio 2025-2027 se dará nos seguintes termos:

I – 1 (um) representante do Setor Produtivo, ligado as atividades industriais, com atuação na região abrangida pelo território do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema;

II – 1 (um) representante do Setor Produtivo, ligado as atividades agropecuárias, com atuação na região abrangida pelo território do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema;

III – 1 (um) representante indicado por organização não governamental socioambiental, com atuação na região abrangida pelo território do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema;

IV – 1 (um) representante indicado por organização ligada ao Setor de Turismo na região abrangida pelo território do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema.

Artigo 3º - Passa a vigorar a reorganização das vagas descrita no Art. 2º do presente ato normativo, alterando o disposto previsto no Artigo 2º da Portaria FF nº 119/2024.

Artigo 4º - As entidades que já encaminharam a documentação necessária ao cadastramento no processo referido estão dispensadas de apresentar a documentação exigida pelo artigo 6º, da Resolução SMA nº88/2017.

Artigo 5º - A eleição das entidades cadastradas que representarão a sociedade civil no Conselho Gestor, de caráter consultivo, do Parque Estadual do Prelado será realizada em reunião convocada especialmente para esse fim, por meio de divulgação no Diário Oficial do Estado e por outras formas de divulgação, como os sítios eletrônicos das instituições.

§ 1º - A reunião de eleição será constituída por representantes legais das entidades cadastradas ou por seus procuradores devidamente habilitados, sendo presidida pelo gestor da

Unidade de Conservação;

§ 2º - Fica dispensada a realização de reunião de eleição se houver somente uma entidade da sociedade civil cadastrada por segmento para compor o Conselho Consultivo;

§ 3º - Havendo mais de uma entidade da sociedade da civil habilitada que representam um mesmo setor, o Gestor da Unidade promoverá reunião com as instituições representativas para definir os titulares e suplentes, num processo eletivo ou outro método democrático, levando-se em conta os seguintes termos:

I- Frequência na participação nas reuniões funcionais do histórico de gestão da Unidade;

II- Efetiva atuação em atividades relacionadas aos objetivos da Unidade de Conservação, nos termos da norma criadora da Unidade de Conservação e do seu Plano de Manejo, caso o tenha.

Artigo 6º - As entidades da sociedade civil não poderão indicar como seus representantes servidores e funcionários públicos vinculados a órgãos representados no setor público do Conselho.

Artigo 7º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, e não será remunerado, sendo considerado atividade de relevante interesse público.

Artigo 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, na data da assinatura digital.

RODRIGO LEVKOVICZ

Diretor Executivo